**SENTIDO DE COMUNIDADE E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA: BASES ORIENTADORAS PARA O FAZER DO PSICOLOGO.** Armando Marino Filho. UNESP/Bauru; FATEB/BIRIGUI. [amarinof@ig.com.br](mailto:amarinof@ig.com.br)

Eixo Temático: Psicologia e Educação.

**SENSE OF COMMUNITY AND CONSTITUTION OF THE AWARENESS: GUIDELINES FOR THE BASES TO THE PSYCHOLOGIST PRATICE.**

**Resumo:** Este trabalho propõe a compreensão de conceitos que são fundamentais para a prática da psicologia comprometida com a transformação social. Parte do pressuposto de que a comunidade é a base da humanização e da formação da consciência. Afirma a necessidade de uma base teórico/filosófica sólida. Esta, por sua vez deve estar calcada na vida concreta dos homens como produtores de suas relações, para a orientação coerente da intervenção psicológica nas relações comunitárias, institucionais, familiares, educacionais e interpessoais. Fundamenta-se, portanto, no Materialismo Histórico e Dialético e na Teoria Histórico-Cultural. Apresenta considerações sobre como no processo da atividade social se dá a interdependência entre a comunidade e a consciência ligando a estas as proposições que norteiam as ações da prática psicológica, inferindo disso, que a intervenção é sempre direcionada à comunidade psicológica que constitui o mundo de relações entre indivíduos.

**Palavras-chave:** sentido de comunidade, consciência, intervenção psicológica.

**Abstract: Abstract:** This paper proposes an understanding of concepts that are fundamental to the practice of psychology committed to social transformation. It assumes which the community is the basis of humanization and development of consciousness. Affirms the need for theoretical and philosophical solid bases. This in turn must be grounded in the practical life of men as producers of their relations to the consistent orientation of psychological intervention in community relations, institutional, family, educational and interpersonal. It is based, therefore, in the Historical and Dialectical Materialism and Historical and Cultural Theory. Presents considerations on how the process of social activity takes the interdependence between the community and awareness linking to these propositions that guide the actions of psychological practice, inferring that intervention is always directed to the psychological community that constitutes the world of relationships among the subjects.

**Keywords**: sense of community, awareness, psychological intervention.

**1. Introdução**

# *O indivíduo é o* ***ser social****. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação* ***comunitária*** *de vida, realizada simultaneamente com outros –* ***é****, por isso, uma externação e confirmação da* ***vida socia****. (Karl Marx, 2004, p.107).*

# Toda prática humana confirma a sociedade, os homens e as relações que a constitui. Essa confirmação é tanto expressão objetivada das ações quanto ocultação da motivação que as subsidia. A consciência está assim condicionada na atualidade. Ao mesmo tempo em que orienta os indivíduos em suas ações, oculta as contradições da não efetivação do seu ser individual, este que lhes aparece como dados por uma força estranha.

# O móvel humano, as finalidades às quais os sujeitos da atividade social se encontram presos como miragem, como algo que se desvanece toda vez que se alcança é, por isso, contraditório e causa estranhamento. A incompreensão do mundo, dos seus motivos, das suas formas e necessidades, é, ao mesmo tempo, imediato estranhamento de si mesmo. Este que se manifesta como desorientação, incapacidade de escolher com autonomia, de criar com autoria o mundo de suas próprias relações. É a própria negação do caráter humano na existência do homem.

# Posto que a prática do psicólogo é uma prática social e, por isso, confirma a sociedade e a existência dos homens, cumpre a nós embasarmos a nossa prática pela compreensão do que é o homem, do que é a consciência. Isso, porque no ato mesmo de intervir nos modos de ser dos sujeitos da nossa atividade, tanto podemos transformar quanto reproduzir a condição do estranhamento de si e da sociedade, fonte da desorientação e do sofrimento psicológico.

# Neste artigo se intentou explicitar qual é a ligação entre a comunidade e a consciência, no sentido de que a compreensão desses conceitos possa orientar a prática do psicólogo. Para tanto, encontrar-se-á, a seguir, dois tópicos que tratam, um da comunidade como condição da humanização e da formação da consciência, e outro das possíveis formas de abordagem em coerência com a fundamentação teórico/filosófica produzida pelo Materialismo Histórico e Dialético e pela Teoria Histórico-Cultural.

# **2. Elementos para a compreensão da comunidade como fenômeno humano e da sua relação com a consciência**

# Neste tópico encontraremos uma análise sobre o conceito de comunidade e qual é a sua relação com a formação da consciência como expressão do sistema de orientação psicológica. A importância dessa discussão se reveste do fato de que não é possível compreender-se as ações humanas, suas finalidades e interesses sem a igual compreensão da unidade complexa da atividade indivíduo/grupo que está na gênese do surgimento desse sistema.

# Quero tomar como mote para a discussão sobre o conceito de comunidade, o fato de que a condição de cada indivíduo como ser natural é ainda insuficiente para o seu vir-a-ser humano. É sempre necessária a presença de outro indivíduo como provedor das necessidades imediatas da condição biológica. Satisfeitas essas necessidades surgem outras que são próprias das relações sociais, criadas culturalmente. É assim que os indivíduos vêm a tornarem-se necessários uns para os outros. É dessa necessidade que um indivíduo tem em relação a outro para a sua humanização que precisamos alcançar como fator de compreensão da consciência como produto da comunidade.

# No significado dicionarizado do conceito encontramos expressões como:

## Estado ou qualidade das coisas materiais ou das noções abstratas comuns a diversos indivíduos; conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sob um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural e histórico; qualquer agrupamento populacional; conjunto de indivíduos com determinada característica comum, inserido em grupo ou sociedade maior que não partilha suas características fundamentais; grupo de indivíduos que partilha uma crença econômica ou social particular e vive em conjunto; conjunto de indivíduos, inclusive de nações diferentes, ligado por determinada consciência histórica ou por interesses sociais, culturais, econômicos ou políticos comuns; conjunto de populações que habitam uma mesma área ao mesmo tempo (HOUAISS 2001).

# As variadas qualidades da *comunidade* que constituem o significado dicionarizado para o conceito são, sem sombra de dúvidas, correspondentes às características aparentes manifestas desse tipo de relação humana. Revela, por exemplo, a multiplicidade de formas, circunstâncias e contextos que pode assumir a comunidade. No entanto, na forma como se apresenta, não elucida sobre a gênese histórica e as forças dinâmicas que possibilitam tal sorte de variações e, dessa forma, não viabiliza a compreensão teórica ou a possibilidade de operacionalização de ações no campo teórico/prático.

# Possuir instrumentos semelhantes, a mesma língua, pertencer a um mesmo Estado ou grupo social, ter um mesmo legado histórico ou crenças culturais, ter interesses econômicos e políticos comuns, viver em um mesmo espaço ao mesmo tempo, não garante por si a existência de um *sentido de comunidade* consciente para os sujeitos dessas relações. É preciso, então, elucidar sobre dois aspectos da historicidade da comunidade como forma de existência humana. Em primeiro lugar, que em determinado tempo existiu uma forma primitiva de comunidade, e, em segundo, que essa forma primitiva transformou-se com os processos de reorganização da produção da vida social, sem que, por isso, tenha mudado a consciência do homem sobre comunidade como fonte de sua humanização.

# Na comunidade primitiva a situação de interdependência, cooperação, cuidado mútuo e propriedade material grupal existiam como necessidade ineliminável para a manutenção da vida dos indivíduos. A consciência que orientava as relações sociais, portanto, deveria refletir essa necessidade nas condições dadas. Como afirma Leontiev (1978, p. 101) “Esta estrutura [da consciência] depende das particularidades essenciais e inerentes à atividade do homem nas condições encaradas.”

# A consciência nesse estádio de desenvolvimento, porém, é ainda tão ampla quanto o próprio desenvolvimento lingüístico e instrumental limitados pela diminuta complexidade das formas de relação com a natureza e com as relações sociais. Assim, a consciência que os indivíduos têm dessa relação comunitária de coexistência, é, segundo Marx (2004, p. 35),

## [...] antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; [...] é desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. Esse começo é algo tão animal quando a própria vida social nessa fase; é uma mera consciência gregária, e o homem se diferencia do carneiro, aqui, somente pelo fato de que, no homem, sua consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é um instinto consciente.

# Dessas afirmações podemos inferir que a consciência da comunidade entre os parceiros sociais, nessas condições, se dê como a de um sentimento de interdependência, tal é a forma de relação afetivo/emocional da consciência ainda não mediada pela complexidade do desenvolvimento lingüístico dos significados das relações concretas entre os homens com a natureza. Assim, a comunidade existe como fato concreto, a comunidade é imprescindível para a constituição da sociedade, mesmo que não seja objeto para a consciência. O sentimento da coexistência e da interdependência para a manutenção da vida é o fundamento do *sentido de comunidade* nesse momento histórico.

# A complexificação das formas de produção e consequente divisão social do trabalho; o distanciamento na atividade produtiva das relações de interdependência direta entre os indivíduos; a transformação da propriedade coletiva dos meios e instrumentos de produção, para individual; a divisão dos produtos do trabalho, mediada pelo seu valor de troca e a sua mercantilização levam a uma transformação na consciência de forma que, segundo Marx (1980, p.31) “A *relação entre as pessoas se esconde atrás da relação entre as coisas.*”

# O sentimento de interdependência aparece como central para a consciência na comunidade primitiva, mas, com as transformações na atividade produtiva ocorre na mesma medida uma transformação no sentido das relações com os outros homens. A alienação do outro como constituinte da minha existência é agora o centro da consciência da relação comunitária. O outro não me constitui necessariamente. Desenvolve-se o individualismo da existência e a comunidade aparece como circunstancial, como necessidade contextualizada, ocasional, que serve a determinados interesses particulares. Por isso nos permitimos chamar de comunidade qualquer forma de instituição, agrupamentos de pessoas, relações de trabalho ou locais onde se vive etc. Como Marx (1980, 212) observa,

## Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal.

# Quero afirmar que a comunidade continua sendo a condição para o processo de humanização e desenvolvimento da consciência, embora, seja, ainda, para a maioria dos indivíduos somente uma contingência. Ainda que o conceito de comunidade se constitua por inúmeras possibilidades de relações entre os indivíduos a característica essencial e ineliminável da condição humana é a interdependência entre os homens. Os homens são sempre constituintes interdependentes da sua humanidade. Como afirma Montero (2004, p. 95),

## [...] a ação individual não se perde dentro do comunitário, senão que é parte constitutiva dele. Portanto, quando falamos de comunidade não nos referimos a grupos homogêneos, mas sim a grupos compostos por indivíduos que compartilham conhecimentos, sentimentos, necessidades, desejos, projetos, cuja atenção beneficiará o coletivo, beneficiando assim a seus membros. (tradução nossa)

# O fato que nos permite tal afirmação é que no conceito de comunidade encontramos, além das relações entre os indivíduos, as relações com a natureza e as suas objetivações que as medeiam. O mundo humanizado pelos homens entra como constituinte, também, da relação comunitária. Na própria atividade encontra-se a fonte das contradições psicológicas que exige dos indivíduos ações conjuntas para a produção dos meios de adequação da natureza e das inter-relações às suas necessidades. Assim, temos que o sentimento de interdependência, central para a constituição da comunidade entre os indivíduos, é produzido nas suas relações materiais. Não é uma característica humana à priori.

# É da atividade social que surge o sentido psicológico de comunidade. As necessidades postas pela condição social da existência humana caracterizam o fato de que não somente a materialidade constitui a condição primeira de manutenção da vida. O desenvolvimento de um sistema psicológico de orientação, execução e controle da atividade viva correspondente às objetivações humanas é igualmente necessário. Assim, não somente o sentimento, mas também a consciência como expressão da unidade desse sistema, constitui-se como condição fundamental para que os indivíduos possam ter a comunidade como *para-si*, não alienada. O *sentido de comunidade* como sentido de orientação das ações.

# O que se quer salientar aqui não é a necessidade de recuperar um sentido de comunidade que foi perdido com o desenvolvimento histórico da humanidade. A comunidade é condição da existência social. Tanto na comunidade primitiva quanto na hodierna essa condição do ser humano/social encontra-se como alienada da consciência dos indivíduos. Para a maioria dos sujeitos não se alcançou conhecer a gênese comunitária da própria consciência. Trata-se, portanto, de tomar a consciência e seu desenvolvimento a partir da comunidade psicológico/prática como seu fundamento.

# Tomando-se a atividade de produção da vida como ponto de partida para as análises do desenvolvimento do sistema psicológico, encontrar-se-á uma multiplicidade de formas na sua organização, de meios e instrumentos de operacionalização, de ideias, conceitos, valores éticos e morais, etc, que representam diferentes formas de inter-relações entre os seus sujeitos. São essas qualidades estruturantes da atividade que ligam as ações e operações que resultam na objetivação daquilo que é necessário para os indivíduos. Cria-se nesse processar da atividade, diferentes vínculos que os unem de forma comum[[1]](#footnote-2) na consecução de finalidades.

# É possível reconhecer, nesse sentido, que tanto a comunidade quanto a consciência podem assumir variadas formas de existência em função das qualidades necessárias para o sistema de orientação, que é produzido pelas exigências da atividade indivíduo/grupo. Assim, ao se analisarem as atividades e as relações, entre os seus sujeitos perceber-se-á os diferentes aspectos sob os quais a comunidade e a consciência se manifestam. É possível, por isso, afirmar a existência de uma “comunidade primitiva” (MARX, 1980; LEONTIEV, 1978), de uma “comunidade psíquica” ou “comunidade de vida” (VIGOTSKI 1996), de uma “comunidade semiótica” ou “comunidade linguística” (BAKHTIN, 1995), de uma “pseudo-comunidade” (HELLER, 1986). Como afirma Lukács (1979, p. 145),

## Assim como a consciência especificamente humana só pode nascer em ligação e como efeito da atividade social dos homens (trabalho e linguagem), também a consciência de pertencer ao gênero se desenvolve a partir da convivência e da cooperação concreta entre eles. Disso resulta, porém, que a princípio não se manifesta como gênero a própria humanidade, mas apenas a comunidade humana concreta na qual vivem, trabalham e entram em contato os homens em questão. Já por esses motivos, a gênese da consciência genérica humana apresenta ordens de grandeza e graus muito variados: desde as tribos, com vínculos ainda quase naturais, até as grandes nações.

# A forma de organização social, seus objetivos, meios de produção, formas interpessoais de relação, a relação individual e grupal para com os produtos objetivados, portanto, condicionam a consciência a tal ponto que, para podermos compreender a sua formação é necessário considerar que, como afirma Vigotski (2001, p. 89), “É a sociedade e não a natureza a que deve figurar em primeiro lugar como o fator determinante da conduta do homem. Nisso consiste toda a ideia do desenvolvimento cultural da criança”.

# Aqui, cabe então, compreender como e por que meios surge um sentido para a relação da criança com a sua sociedade e de que forma o sentido de comunidade constitui, inextricavelmente, o início do seu processo de humanização. A situação social da criança no início de sua vida exige caracterizar a atividade da qual ela participa, por dois aspectos: a cooperação e a objetividade das suas ações.

# Primeiro, que o “cordão umbilical” da criança não se rompe com o seu nascimento. A mãe continua sendo a fonte de satisfação de todas as suas necessidades biológicas e sociais. A atividade biológica do bebê é insuficiente para que ele possa orientar a sua atividade vital na realidade concreta de sua existência. Desenvolve-se, assim, uma dependência afetivo/emocional com o entorno, que é a base inicial das suas relações com os outros homens. A necessidade da simbiose psicológica mãe/bebê é, nesse momento, e, por outro lado, o fundamento do seu desenvolvimento humano. Como notou Vigotski (1996, p. 306),

## No momento do parto, a criança se separa fisicamente da mãe, mas biologicamente a separação não se produz, a criança continua ligada a ela até o final do primeiro ano, até que aprenda a caminhar por si mesma. Sua emancipação psicológica da mãe, sua própria exclusão da primitiva comunidade com ela ocorre no término do primeiro ano na primeira infância. Por isso, a nova formação principal no primeiro ano pode determinar-se melhor mediante o termo introduzido na literatura alemã para designar a comunidade psíquica do bebê e da mãe, comunidade que serve de ponto de partida para o desenvolvimento posterior da consciência. O que surge primeiro na consciência do bebê pode ser denominado, de maneira mais correta como “Ur-wir”, isto é, “protonós”. Essa consciência primaria de comunidade psíquica, que antecede ao surgimento da consciência da própria personalidade (isto é, a consciência do “eu” diferenciado e separado) é a consciência de “nós”, no qual se inclui o “eu” que, em idades posteriores figura como um antepassado distante. (tradução e grifo nossos)

# A absoluta dependência da criança em relação às outras pessoas se transforma gradualmente em interdependência na atividade inicial de produção da vida da criança, na produção da sua sobrevivência e desenvolvimento. Isso quer dizer que pela atividade conjunta mãe/bebê ocorre uma fusão dialética na qual ambos adquirem uma nova existência social, caracterizando uma comunidade de orientação psicológica. Como afirma ainda Vigotski (2004, p. 82),

## Temos consciência de nós mesmos porque a te­mos dos demais e pelo mesmo procedimento através do qual conhecemos os demais, porque nós mesmos em relação a nós mesmos somos o mesmo que os demais em relação a nós. Tenho consciência de mim mesmo somente na medida em que para mim sou outro.

A consciência tem um desenvolvimento que parte dessa condição de “comunidade psíquica” na qual a atividade objetal da criança é significada pela intervenção do adulto, quando este demonstra operações, orienta as ações, corrige os movimentos, atribui um uso social ao objeto. Suas ações vão constituindo as relações da criança com o seu entorno, mediadas pela fala. A necessidade de comunicação, a princípio emocional, vai se transformando em significados de orientação psicológica com os objetos e com as dimensões espaço/temporais. A primeira expressão desse processo é o gesto de apontar, para orientar e controlar a atividade conjunta.

# O primeiro gesto de apontar significa a ação conjunta com o “outro”, é direcionado ao “outro” ainda como representante de si, como unidade. É o princípio do desenvolvimento da consciência social das ações individuais. Toda ação individual, nesse sentido, é ao mesmo tempo coordenação da atividade social, está concatenada com as suas objetivações.

# Esse princípio de orientação de ações conjuntas é marcado por características apropriadas à compreensão do conceito de comunidade, como por exemplo: é resultante da cooperação; demonstra que houve um processo de internalização da relação externa como forma de relação interna, intra-psíquica; indica o surgimento de necessidades motivadas pelas circunstâncias da organização social dos cuidados com a criança; é caracterizado pela estrutura geral da atividade humana constituída por necessidade e um objeto (o necessário) que é objetivado pela motivação e mediatizado pelo uso de instrumentos e meios psicológicos nas ações e operações; integraliza as funções psicológicas da afetividade, da motricidade, da cognição e da emoção; é constituído de uma intencionalidade direcionada ao futuro alterando o *status* de uma situação individual e coletiva; indica um tipo de desenvolvimento social constituído por uma história cultural; aponta para uma representação de si e do outro, indicando um dado autoconhecimento e autonomia; explicita sobre certa interpretação da situação demonstrando a necessidade de exploração (e pesquisa) caracterizando a produção de um conhecimento da realidade. É assim, pois, que consciência tem um princípio de desenvolvimento necessariamente caracterizado pelo caráter comunitário da existência social.

# A comunidade, a meu ver, não se refere especificamente a agrupamentos humanos percebidos como sendo constituídos por vizinhança, por interesses, ou que se forma e se desfaz segundo existam ou não problemáticas comuns a serem resolvidas. Ainda que a atividade prática seja a substância da concreticidade da existência comunitária, esta não o é sem o sentido psicológico. O sentido psicológico continua ocupando sempre o centro das ações humanas. Entendo que na afirmação a seguir Leontiev (1978, p. 119) explicita essa centralidade do sentido como expressão sintética da unidade entre a atividade prática e psicológica. Segundo esse autor:

## O que há de comum entre a atividade prática exterior e a atividade interior teórica não se limita unicamente à sua comunidade de estrutura. É psicologicamente essencial, igualmente: que elas religuem, as duas, se bem que de maneira diferente, o homem ao seu meio circundante, o qual, por este fato, se reflete no cérebro humano; que uma e a outra formas de atividade sejam mediatizadas pelo reflexo psíquico da realidade; que sejam a título igual processos dotados de sentido e formadores de sentido. Os seus pontos comuns testemunham a unidade da vida humana.

# Quero salientar que a *comunidade* é a forma psicológica de existência do ser humano. Ainda que o surgimento do “sistema eu” implique uma aparente separação em relação com os outros, o “eu” e o “outro” somente se constituem como interdependência. Ainda que ao longo do desenvolvimento da humanidade os indivíduos o tenham ignorado, a comunidade constituída por significados é ineliminável da condição humana, e, somente por meio da alienação da consciência é possível que os homens o ignorem. O que se forma ou se desfaz com a atividade social não é a comunidade, mas a necessidade que os indivíduos percebem em determinados momentos de integralizar ações em prol da consecução de objetivos práticos, ainda que estes se direcionem à transformação da atividade teórica.

# A dinamicidade e vicissitudes pelas quais passa a comunidade, portanto, refere ao fato de que a atividade se transforma segundo seja a necessidade das condições atuais das relações objetivo/subjetivas, sendo que a comunidade é condição permanente da existência social. Portanto, o conceito de *comunidade* forma-se em torno da interdependência prático/teórica como base para a compreensão da “unidade complexa” e multiderteminada da existência humana. Proponho, então, uma conceituação de comunidade como: unidade grupal teórico/prática de atividade produtiva dos meios e do local de vida, nos quais se encontra o fundamento da socialização e da sociabilidade dos indivíduos motivados às necessidades postas pelas suas circunstâncias histórico/sociais, onde encontram a subjetivação/objetivação de sua personalidade como unidade da existência “eu/outro”.

# Este tópico objetivou justamente refletir sobre o conceito de comunidade e sentido de comunidade como suporte para a ação concreta da atividade interventiva do psicólogo. É tomado como base porque na forma como o concebemos ele contém o processo de humanização da consciência, e, portanto é orientador para a produção de ações coerentes com objetivos humanizadores da prática psicológica.

**3. Proposições para o *fazer* do psicólogo**

Quero apresentar uma ressalva antes de iniciar a descrição das proposições sobre o fazer do psicólogo, que se refere ao sujeito da suas ações práticas. Daqui em diante, ao usar o termo comunidade – considerada aqui o sujeito das ações do psicólogo – quero dizer que esta, como conceituada acima, pode se referir a pequenos grupos, instituições, comunidades de bairro, família e também a relações diádicas, porquanto o caráter *psicológico* da comunidade representa aqui a centralidade.

A primeira questão a considerar, baseando-se nas proposições acima e entendendo a comunidade como resultante da *práxis social*, isto é, que a comunidade representa sempre um processo dialético de transformação da sociedade e dos próprios homens, é que o fazer do psicólogo deve distinguir-se da imediata prática instrumental e configurar-se como ação transformadora. É necessário que o fazer se faça em acordo com o próprio modo de existência da comunidade, que não seja a importação de meios e instrumentos externos, mas que a produção destes represente as demandas das pessoas envolvidas como produtoras das formas de superação das contradições ali existentes.

Isso não exclui o fato de que o psicólogo possa usar instrumentos produzidos em outras circunstâncias, porém, essa utilização nunca deve ser a de uma imposição, isto é, estar alienada das necessidades próprias das circunstâncias e contexto atual. Isso implica que os meios e instrumentos precisam fazer sentido na ação transformadora – tanto para o psicólogo como para os sujeitos -, e, para isso, o ponto de partida é sempre a demanda comunitária que suscita uma necessidade específica para os instrumentos.

# A observação, registro, descrição e análise das contradições a afligem as pessoas, portanto, só se realiza em constante inter-relação na prática cotidiana. Isto quer dizer que é imperativo alguma forma de participação ativa nos fazeres da comunidade. Daí a importância de uma sistematização das ações, de forma a poder incluir as necessidades teóricas do psicólogo com as necessidades práticas dos sujeitos, para a produção de um conhecimento contextualizado sobre a comunidade e as suas problemáticas.

# A constante pesquisa sobre as relações concretas entre os sujeitos tem sempre um duplo caráter: ao mesmo tempo em que se investiga as condições e as múltiplas determinações dos fenômenos sociais na comunidade, deve-se, a título de integralizar os conhecimentos em forma de unidade representativa da realidade dos sujeitos, incluir os conhecimentos e as proposições dos próprios sujeitos sobre a sua realidade. Isso implica em compartilhar, ainda que por meio de ações ou na forma de uma comunicação simplificada, o conhecimento produzido por meio da reflexão teórica. Isso permite mediatizar o caráter transformador da consciência, quando se coteja o conhecimento teórico com o saber cotidiano das pessoas.

# Um diagnóstico (por meio do conhecimento), portanto, somente se efetiva como expressão da realidade concreta das inter-relações, quando as pessoas participam ativamente das compreensões produzidas em processos dialógicos com o psicólogo. As problemáticas a considerar são conhecidas pelos sujeitos que nelas participam. Estes têm um conhecimento particular que deve ser considerado sempre como componente da comunidade psicológica que têm com outros sujeitos e a situação contexto. O seu conhecimento indica as formas de existência das relações e inter-relações.

# As formas de existência das inter-relações que são manifestas no diagnóstico vêm à luz no processo dialógico e as contradições apresentadas como problemáticas das relações levam à reflexão. Esta produz, por sua vez, um movimento de abstração pelo pensamento que possibilita estabelecer os nexos, as ligações que medeiam a unidade e a totalidade da comunidade. Por esse caminho se pode constituir, como processo de conscientização, um sentido de unidade e totalidade da comunidade como mundo próprio.

# Essa consciência da unidade e da totalidade de um mundo próprio de relações é fundamental para se compreender as condições essenciais da convivência entre as pessoas. Para isso, o psicólogo precisa tomar essas condições, como por exemplo: a colaboração, a cooperação, a partilha de conhecimentos e meios para a produção da vida, a reflexão grupal e centralidade dos processos dialógicos etc. como meios para a alteração da consciência. Tomando essas categorias como meios de operacionalização das finalidades das intervenções, se viabiliza para os sujeitos, uma compreensão dos “outros” como portadores de capacidades e recursos para agirem como efetivos nas transformações da realidade.

# Com isso se nos apresenta outra característica importante, que marca o trabalho do psicólogo, nessa forma de abordagem. A partir do momento que se conhece o movimento sistêmico e processual da comunidade, entende-se que esta não tem uma estrutura fixa, mas, antes, é produto da dialeticidade. Essa condição exige agir antevendo os encaminhamentos que se dão para as ações, conhecendo as finalidades que aparecem como objetivos dos sujeitos. Nesse sentido, pode se deduzir antecipadamente os resultados esperados pelas ações produzidas e inferir nexos de racionalidade com as necessidades de transformação, imprimindo um caráter preventivo para a efetivação das objetivações propostas pela reflexão grupal. É nesse sentido que a intervenção toma a característica de participação.

# A participação, por outro lado, exige uma atitude de respeito diante da comunidade. Com esse conceito se considera a dimensão espaço/temporal - aqui entendida como historicidade das relações de significação na produção da materialidade da vida comunitária - das formações ontológicas que produzem a diversidade de proposições sobre a realidade. O *respeito* como atitude do psicólogo refere-se a que este tenha como princípio de orientação das suas reflexões teóricas essa dimensão histórico/ontológica dos indivíduos. Por isso, esse conceito é entendido, aqui, na sua acepção latina “L., RESPECTUS, particípio passado de RESPICERE, ‘olhar para trás’, de RE-, ‘de novo’, mais SPECERE, ‘olhar’” (FARIA, 1967 p. 865). Aqui se encontra a ideia - como meio para a reflexão - de que as coisas que merecem respeito merecem ser vistas novamente, sob um novo olhar.

# O respeito, portanto, não é uma aceitação incondicional da existência individual da pessoa. Respeitar, nesse sentido significa olhar para o movimento histórico, circunstancial e contextual que leva à objetivação atualizada da personalidade, dos interesses e necessidades das pessoas. Por isso, a aceitação da diversidade não implica em aceitação da diferença como propriedade individual, mas como particularidade histórica. Portanto, é necessário olhar para a diversidade como indicador do movimento complexo. As finalidades das ações interventivas não devem se definir sem esse olhar que permite compreender a unidade na totalidade, ou a singularidade na unversalidade.

# Essa dimensão da compreensão do movimento, saber acompanhar o movimento, exige, ainda do ponto de vista da participação, outra atitude. Não evitar as contradições que levam à necessidade de reflexão. Essa atitude não se deve confundir como sendo conflitante com a atitude preventiva. Não evitar a contradição significa viabilizar a ocorrência de fatos e acontecimentos que por sua natureza revelam o que está oculto pelos interesses, pelo individualismo, pela alienação. Significa abrir espaço para a divergência de opiniões; abrir espaço para que o controle das ações e a criação de regras sejam constantemente postas em questão; abrir espaço para a experimentação sem que os sujeitos corram riscos de exclusão; abrir espaço para a escuta e reconsideração das questões que surgem como contradições particulares para os sujeitos.

# Em síntese, essas proposições, que não encerram as possibilidades, mas dão um sentido geral para a forma do agir para o psicólogo, têm em comum o fato de orientarem-se pelo sentido de comunidade. Buscam sempre uma sintonia com o movimento de humanização assim como ele ocorre em sociedade, não no sentido de adaptação, mas no sentido de transformações necessárias e possíveis aos homens. Enfatiza sempre a autoria da comunidade com a participação do psicólogo como pressuposto para o melhor encaminhamento das necessidades, bem como viabiliza o surgimento de novas necessidades teórico/práticas para a produção da vida de seus sujeitos.

**4. Considerações finais**

Considero que a discussão proposta neste artigo direcionado à orientação do trabalho do psicólogo, representa a necessidade que temos de unidade epistemológica. A unidade teórico/prática fundamentada tanto filosoficamente quanto por uma correspondente teoria psicológica é importante do ponto de vista da organização do trabalho, mas principalmente no campo da ética. Sem uma clara definição do que é o homem e a sociedade os sujeitos se nos apresentam como que reificados, como homens abstraídos não da sua existência concreta, mas de proposições idealistas sobre a sua natureza humana.

Ao agir tendo em mente um homem abstrato, naturalizado, perde-se o homem concreto que sofre, que sente, que pensa e existe como expressão das relações sociais que produz. A descontextualização responsabiliza os indivíduos pelas suas próprias condições, impõe a cada um encontrar recursos próprios para a superação das contradições que o afligem. A isso se segue o individualismo e a ignorância da sua comunidade de existência com outros homens, só lhe resta a adaptação cujo principal cárcere é a própria consciência.

Proposições para a realização do trabalho do psicólogo devem advir da prática concreta orientada teoricamente. Isso equivale a reconhecer a constante necessidade de avaliação da efetividade da intervenção psicológica como atividade transformadora dos sujeitos e das suas relações. Isto quer dizer que, a coerência da prática se evidencia quando ocorrem mudanças na comunidade e na sociedade, e não somente no plano individualista. Que o psicólogo deve agir com a comunidade, equivale dizer que o seu sujeito é sempre um coletivo, é sempre multiplicidade de relações e sujeitos. Quer dizer que a consciência que leva às mudanças dos sentidos pessoais de ser não é individual, pertence a um “nós” que está no início da humanização e da nossa individualização, que apesar de distante no tempo está sempre presente, ainda que ignorada.

# **Referências**

# BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

FARIA, E. **Dicionário Escolar Latino-Português***.* 4. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1967.

# HELLER, A. **Teoria de las necesidades em Marx**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

HOUAISS, A.*.* **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Manuel Dias Duarte, Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Lech, 1979.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 6.ed. Tradução de Reginaldo Sant’Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (livro primeiro: o processo de produção do capital, vol. I – Coleção Perspectivas do Homem, vol. 38, série Economia).

­­­­­­­­­­­­­­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Raniere, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MONTERO, M. **Introducción a la psicología comunitaria***:* Desarrollo, conceptos y procesos.Editorial Paidós. (2004).Buenos Aires. Argentina.

# VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas IV**: Psicología infantil. Traducción de Lidia Kuper. Madrid: Visor, 1996.

# VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas II**: Problemas de psicología general. 2. ed. Traducción de José Maria Bravo. Madrid: Visor, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia***.* 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

1. “relativo ou pertencente a dois ou mais seres ou coisas” (HOUAISS, 2001) [↑](#footnote-ref-2)